

# **O DIFERENCIAL DE RENDIMENTO ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO PARA OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Aluno: Mariana Coates Furquim Werneck**

**Orientador: Sergio Pinheiro Firpo**

## **Introdução**

No Brasil, as diferenças entre os ensinos público e privado se acentuaram ao longo do tempo. Para mudar este contexto, o governo instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) em 1996 e o implantou nacionalmente em 1º de Janeiro de 1998. O Fundef subvinculou ao Ensino Fundamental 60% dos recursos destinados constitucionalmente à Educação. Além disso, introduziu novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino. Assim, este fundo foi criado para cumprir o objetivo de universalizar o atendimento à educação fundamental pública com qualidade.

Nosso projeto tem dois objetivos. Primeiro busca-se avaliar a eficácia dessa política sobre os salários de professores, dado que no mínimo 60% dos recursos do Fundef devem ser destinados à remuneração dos magistrados. Desta forma, quer-se avaliar se, após a criação do Fundef, ainda há razões substantivas que embasem a crença enraizada na sociedade brasileira de que os professores da rede pública ganham menos do que os da rede privada, às vezes trabalhando mais.

O segundo objetivo, que será perseguido em fase futura, diz respeito ao efeito da política salarial sobre o diferencial de desempenho entre alunos das redes pública e privada.

## **Objetivos**

O primeiro objetivo deste projeto é contribuir para o entendimento da questão do diferencial de rendimento entre professores das redes pública e privada. Pretende-se atingir este objetivo por meio da decomposição dos diferenciais de rendimento entre grupos em duas parcelas: uma referente a diferenças nas características dos trabalhadores, outra relativa a diferenças na remuneração destas características. Tal decomposição é feita ao longo da distribuição de rendimentos e do tempo (visto que foram coletados dados de 1995-1997 e 2003-2005), possibilitando analisar quando e para que camadas da distribuição de rendimentos os diferenciais são mais acentuados.

## **Metodologia**

Usando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), executei “.do files” do Stata para criar características de controle. Assim, foi necessário estimar equações para o setor público e para o setor privado. Os coeficientes do setor privado foram alocados para o setor público, para ver com isso afeta a remuneração. Este trabalho foi feito para avaliar se características não-observáveis do setor público eram piores (menor esforço e menor habilidade) do que no setor privado. O método aplicado foi a decomposição Oaxaca-Blinder ([1] e [4]) da diferença.

Embora esta tenha sido a primeira vez que tive contato com este tipo de trabalho, busquei aprofundar meus conhecimentos sobre as ferramentas estatísticas e os métodos econométricos para aprimorar a pesquisa desenvolvida pelo meu orientador.

### **Conclusão / Resultados**

Antes da implantação do Fundef (1995-1997), havia uma diferença de 2% a favor do setor público entre os salários de professores do Ensino Fundamental. O diferencial controlado por características observáveis (colocando as características observáveis do professor da rede pública na regressão da rede privada) resulta ser -23%, o que quer dizer que se um professor da rede pública, escolhido ao acaso, fosse trabalhar na rede privada, ele ganharia em média 23% a mais. Isto nos faz pensar que os professores das escolas públicas são mais bem preparados, visto que são escolhidos por concurso, por exemplo. Isso fica claro quando olhamos para o efeito composição, a diferença entre quanto o professor público ganharia em média na rede privada e o salário médio da rede privada, que é 25%.

Depois da implementação do Fundef, a conjuntura muda. A simples diferença entre os salários passa a ser de 24% a favor do ensino público. O diferencial controlado por características observáveis dá um salto para +1%, o que quer dizer que os professores ganham, em média, mais na rede pública de ensino do que na privada. O efeito composição é de 23%.

Analisando os dados para o Ensino Médio, as diferenças salariais não foram tão grandes. Isso, pois o Fundef afetou diretamente apenas o Ensino Fundamental. Os resultados indicam que um professor de escola pública em 1995-1997 ganharia 23% mais na rede privada, enquanto entre 2003-2005 ele ganharia 14% a mais. Ou seja, ainda há diferenças de rendimentos consideráveis.

Quanto aos não-professores, o salário do servidor público chegou a diminuir quase 4%, o que vai em sentido contrário ao salário dos professores do Ensino Fundamental. Isto mostra que o efeito sobre os salários dos magistrados realmente se deve à implantação deste fundo.

Finalmente, resta avaliar o quanto a implementação do fundo ajudou os alunos da rede pública. Outros estudos mostram que o aumento salarial poderia estar associado ao aumento da proficiência dos alunos desde que haja a possibilidade de os aumentos salariais se refletirem em atração de melhores professores. [5]

### **Referências**

- 1 - BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural variables. *Journal of Human Resources*, v.8, 1973.
- 2 - DINARDO, J.; FORTIN, N.; LEMIEUX, T. Labor Market Institutions and the Distribution of Wages, 1973-1992: A Semi-parametric Approach. *Econometrica*, v.64(5), 1996.
- 3 - FIRPO, S.; FORTIN, N.; LEMIEUX, T. *Decomposition Wage Distributions: Estimation and Inference*, 2005.
- 4 - OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v.14, 1973.
- 5 - PAZELLO, E.; Menezes-Filho, N. Do Teachers' Wages Matter for Proficiency? Evidence from a Funding Reform in Brazil. Universidade de São Paulo, Mimeo